

O BEBÊ COMO SUJEITO POTENTE: INTENCIONALIDADE E REGISTROS

ODS 1 e 4

Tamira Paula Martins Torres Luz¹ (UNITAU)
Profª Drª Cristovam da Silva Alves² (UNITAU)

Resumo

Este artigo, um recorte da pesquisa de mestrado “Currículo e fazeres no Berçário 1: significações de professoras sobre a nutrição pedagógica de bebês até 6 meses”, investiga de que modo a concepção de criança definida pelo parecer CNE/CEB nº 20/2009 e Resolução CNE/CEB nº 5/2009 se revela nas significações de professoras de berçário 1. Fundamentada na Psicologia Sócio-Histórica e utilizando os Núcleos de Significação para análise da produção de informação das narrativas emergidas durante entrevistas semiestruturadas. Esta análise pretende revelar como a visão de bebê, construída a partir da percepção de cada professora, infere diretamente na intencionalidade pedagógica impressa nos fazeres docentes em atendimento as especificidades de cada bebê que frequenta o cotidiano da educação infantil, mas em especial de bebês de até 6 meses. Nesta direção, a pesquisa traz luz sobre como as significações docentes sobre uma educação de qualidade e equitativa (ODS 4) se materializam em “nutrição pedagógica” no berçário 1. Essa ação revela uma das ferramentas para a superação do ciclo de pobreza (ODS 1), ao acolher bebês e compartilhar com suas famílias, que optam pela matrícula de caráter facultativo, a responsabilidade de cuidar e educar desde os primeiros meses de vida. Os resultados indicam que a visão do bebê como sujeito de direitos orienta uma pedagogia da primeiríssima infância que empenha em criar condições que qualifiquem o cotidiano intencionalmente planejado no berçário 1, com vistas a propiciar experiências de aprendizagem e desenvolvimento integral a cada bebê, superando concepções assistencialistas e fortalecendo a identidade profissional.

Palavras-chave: Educação Infantil; Berçário 1; Prática Pedagógica; Intencionalidade Pedagógica; Registro.

¹ Mestranda no Programa de Pós-graduação da UNITAU, linha de pesquisa 2-Formação de professores.

² Professor Doutor Orientador do Programa de Pós-graduação da UNITAU, linha de pesquisa: 2-Formação de professores

Introdução

O presente artigo constitui um recorte de uma pesquisa de mestrado que se propôs a investigar as significações docentes acerca das práticas pedagógicas no atendimento de bebês de até seis meses e 29 dias. A investigação, fundamentada na Psicologia Sócio-Histórica (Aguiar; Ozzella, 2013), buscou, por meio dos Núcleos de Significação, desvelar as significações construídas pelas professoras sobre suas ações. Este texto se dedica especificamente a analisar um dos núcleos de significação que emergiu da pesquisa: “O Bebê como Sujeito Potente: Intencionalidade e Registros”. Este núcleo revela como as significações das professoras sobre o bebê como um ser ativo e comunicativo orienta a intencionalidade pedagógica, manifestando-se no planejamento de espaços, tempos e materiais, e sendo visibilizada e validada por meio da documentação pedagógica.

Recentemente foi publicado o documento Parâmetros Nacionais de Qualidade e Equidade na Educação Infantil (Brasil 2024), podemos dizer que este é o documento mais atual no compromisso com a primeira etapa da Educação Básica: a Educação Infantil. Este documento reafirma o direito de bebês e crianças a creche e pré-escola:

A educação em creches e pré-escolas é um direito de todos os bebês e crianças do Brasil, definido por um arcabouço legal estruturado a partir da Constituição Federal (1988), da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/1996) e de suas atualizações. É, portanto, um dever do Estado garantir a oferta de vagas, com qualidade, para que esse direito se efetive. As famílias, por sua vez, são responsáveis pela matrícula obrigatória das crianças a partir dos 4 anos de idade, ficando a seu critério a matrícula de bebês e crianças de 0 a 3 anos. (Brasil, 2025, p.44).

Ao reafirmar o compromisso político com a garantia de direitos dos bebês e crianças na escola da infância, o documento refaz um caminho histórico até o momento atual, trazendo luz a especificidade do sujeito bebê. Assim, ao incluir o bebê nesta organização, este ocupa de modo muito específico o primeiro grupo etário do qual orbita o arranjo curricular para a etapa, que constituem o tempo cronológico de 0 a 1 ano e 6 meses.

Nesta direção, ao reconhecer as especificidades do bebê, distinguindo-o das demandas curriculares e organizacionais da criança bem pequena e da criança

pequena, que compõe cada qual os outros dois grupos etários, justifica a relevância em investigar os elementos que tecem o fazer pedagógico no berçário 1. Isso implica desvelar a visão de bebê, uma vez que é deste olhar refinado que se dá luz a intencionalidade pedagógica, sendo historicizada por meio dos registros.

Revisão da literatura

A presente investigação está fundamentada nos pressupostos da Psicologia Sócio-Histórica (PSH), que entrelaçada ao Materialismo Histórico - Dialético, concebe o ser humano e o conhecimento como construções sociais e históricas, mediadas pelo contexto sociocultural. Tal abordagem permite compreender a realidade como um processo dinâmico, marcado por contradições, e a subjetividade como constituída na relação entre indivíduo e sociedade (Aguiar; Ozzella, 2013).

Esse trabalho dialoga diretamente com os avanços nas políticas públicas para a primeira infância no Brasil. A promulgação da lei número 13.257/2016, conhecida como marco legal da primeira infância (Brasil 2016), e as diretrizes do Plano Nacional de Educação lei 13.005/2014 (Brasil, 2014) reforçam a concepção da criança como sujeito de direitos, cuja constituição se dá na interação com seu meio. Tais Marcos legais são traduzidos em orientações curriculares como a base Nacional comum curricular (BNCC, Brasil 2017) e o currículo Paulista (São Paulo, 2019), que define objetivos de aprendizagem e desenvolvimento desde o grupo etário dos bebês (0 a 1 ano e 6 meses). Além destes dispositivos legais, recentemente a discussão sobre qualidade e Equidade na educação infantil foi publicizada por meio de um documento que aprofunda o compromisso que respeitem as especificidades e potencialidades de cada Bebê e Criança (Brasil 2024).

No que tange ao campo pedagógico, esse artigo converge na valorização do cotidiano como espaço de aprendizagem e desenvolvimento. Autores como Campos e Rosemberg (2009) já estabeleciam critérios para um atendimento em creches que respeitasse os direitos fundamentais das Crianças, superando a visão meramente assistencialista. Essa ideia é aprofundada por pesquisadores que se debruçam sobre a “Pedagogia do cotidiano” (Carvalho, 2017), argumentando que as rotinas de cuidado, as brincadeiras e as explorações são repletas de intencionalidade pedagógica. Especificamente no contexto do berçário, os estudos de Fochi (2015) nos

convidam a observar e documentar o que os bebês fazem, revelando suas competências e validando suas múltiplas formas de ser e estar no mundo.

Método

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa caracteriza-se por uma abordagem qualitativa, por se mostrar a mais adequada para apreender a complexidade da subjetividade docente e as nuances de suas práticas (Lakatos 2003). Para tanto, optou-se pela realização de um estudo que visa obter dados diretamente de um grupo representativo para traçar um panorama sobre suas práticas e significações.

A amostra foi composta por 8 professoras que atuam em berçários 1 de uma rede municipal de ensino do estado de São Paulo, na região do Vale do Paraíba. A participação no estudo foi voluntária e anônima, garantindo a confidencialidade das informações fornecidas pelas docentes.

Uma vez reunidas as narrativas tecidas pelas 8 professoras, optou-se pela análise por meio dos núcleos de significações (Aguilar, 2013), para investigar as significações que as docentes atribuem às suas experiências e práticas, para além da descrição ou mera transcrição dos fenômenos para buscar seu sentido, o que confere corpus a este estudo.

Resultados e discussão

A análise das narrativas das professoras de berçário evidenciou que a concepção do bebê como um sujeito potente e ativo, é um pilar fundamental que molda a intencionalidade pedagógica (Fochi, 2015; Prado, 2020). Essa concepção se reflete diretamente em três dimensões entrelaçadas da prática docente, articulando-se com a fundamentação teórica de Freire (1993) sobre a docência libertadora e as discussões de Tardif (2000) acerca dos saberes experienciais: a visão do bebê, o arranjo do ambiente no que tange a curadoria, organização e oferta dos materiais nos diferentes espaços e tempos que permeia o cotidiano, e a importância dos registros pedagógicos como modo de tornar visível as experiências escolares vivenciadas.

A visão do bebê

Aí quando eu vi a bebê eu fiquei um pouco assustada porque ela era muito pequenininha, mas muito miudinha, assim. Aí eu fiquei apreensiva. Falei, nossa, uma responsabilidade grande, né? Assim, tão pequenininho, tão... É tão... Bebê tá conhecendo o mundo mesmo ainda, assim, em tudo, né? (Professora E5).

As docentes investigadas demonstraram uma percepção do bebê que transcende a visão tradicional da passividade e dependência, que se revela nas ações de cuidado e assistencialismo. Para elas o bebê é um ser que se comunica por meio de diferentes linguagens tais como gestos, olhares, choro, balbucio dentre outros, sendo um ser de múltiplos saberes e interações (Rinaldi, 2012). Essa interação é percebida pelas professoras como uma iniciativa do bebê para a interação e uma janela de oportunidade para apoiá-lo na construção de sentidos. A professora E1 explicitou essa compreensão:

Então essa observação e essa escuta das necessidades dos bebês diárias que eles nos mostram. Eles não falam, mas eles demonstram, eles se comunicam pelas expressões, pelos gestos, pelos sorrisos, pelo choro, porque às vezes eles falam assim, nossa, a sala chora muito, e se eles soubessem falar, eles iam gritar o que eles querem. Então, a comunicação deles é essa, e a gente tem que estar atenta a essa comunicação (E3).

Essa afirmação da professora nos permite compreender que o professor é um mediador, é um provocador de aprendizagem desde o atendimento dos bebês bem pequenos, ciente de que a intencionalidade pedagógica converge para a aprendizagem e desenvolvimento do sujeito que desde a mais tenra idade é protagonista. A intencionalidade pedagógica nesse contexto não se resume a planejar propostas fixas, mas a observar as iniciativas dos bebês, entender suas demandas e ser responsivo de modo a tornar a aprendizagem significativa, como afirma a professora E2:

A gente planeja, claro, mas é o olhar do bebê que guia. Se ele está olhando para o sol, a gente vai com ele, não impõe a brincadeira da caixa. É ir junto, sabe? Estar presente, mas deixando ele ser (Professora E2).

Essa flexibilidade e responsividade são marcas de uma pedagogia do cotidiano (Carvalho, 2017) ao reconhecer que a aprendizagem da criança se dá intrinsecamente

pela via da vida diária, através “dos encontros, atividades, dificuldades e sucessos, a partir de um repertório de práticas” (Brougère, 2012, p. 17). Delineia-se, assim, a ação pedagógica na creche e na pré-escola, norteando o planejamento a partir das interações, das brincadeiras e das maneiras singulares de como bebês e crianças significam o mundo, a si e ao outro.

Eu quero que tudo saia bem, desde a hora que o bebê chega até a hora que vai embora (Professora E6).

Ao valorizar o cotidiano da chegada a despedida, as professoras reconhecem o modo de ser e estar no mundo dos bebês e criam condições para acolhê-los e de serem acolhidas também por eles, numa relação de reciprocidade e confiança em suas capacidades de estar e agir nos diferentes contextos a eles disponibilizados no ambiente escolar, convergindo para a visão de criança apresentada no parecer CNE/CEB nº 20/2009:

A criança, centro do planejamento curricular, é sujeito histórico e de direitos que se desenvolve nas interações, relações e práticas cotidianas a ela disponibilizadas e por ela estabelecidas com adultos e crianças de diferentes idades nos grupos e contextos culturais nos quais se insere. Nessas condições ela faz amizades, brinca com água ou terra, faz-de-conta, deseja, aprende, observa, conversa, experimenta, questiona, constrói sentidos sobre o mundo e suas identidades pessoal e coletiva, produzindo cultura. (Brasil, 2013, p. 86).

Para o bebê ser o centro do planejamento curricular é condição *sine quo non* reconhecê-lo em sua inteireza, no seu jeito de ser e estar no mundo, de viver as experiências da primeiríssima infância. Ao planejar o cotidiano, imprimindo intencionalidade pedagógica e previsibilidade as rotinas, tendo o cuidar e educar como indissociáveis, reconhece-se que embora não sejam um hierarquicamente mais importante que o outro, o cuidar há de parecer preceder todas as outras ações docente:

Eu percebo que eu planejo, mas nem sempre eu vou conseguir, porque pode vir ali um cocô, uma diarreia, que eu preciso de mais trocas, e a gente tem que entender, que é o tempo do bebê, que é eles que vão dizer ali o caminhar, a gente tem que ser flexível também, para o bem-estar deles. Eu acho que a gente tem que priorizar o bem-estar primeiro, os cuidados essenciais, a alimentação, a troca para que a criança não asse, para que a criança não fique desconfortável, para

que ela não fique irritada com a falta de sono. E aí vem a proposta (Professora E7).

A visão do bebê que emerge da prática da professora E7 é a de um sujeito potente e comunicativo, cujo bem-estar é a base para todo o desenvolvimento. Longe de ser um receptor passivo de um planejamento adulto, o bebê é visto como o protagonista que, com seu próprio ritmo ('o tempo do bebê'), 'diz o caminhar'. Suas necessidades fisiológicas e afetivas – expressas em um choro, um desconforto ou a necessidade de uma troca de fralda – são compreendidas não como interrupções, mas como o foco central da ação pedagógica. Nessa perspectiva, priorizam-se os 'cuidados essenciais' por se entender que uma criança segura, confortável e com suas necessidades atendidas é uma criança inteira e disponível para explorar o mundo. Portanto, a prática pedagógica se molda ao bebê, e não o contrário, exigindo do educador uma postura de escuta, sensibilidade e, acima de tudo, flexibilidade, para que a proposta pedagógica se consolide como consequência natural do bem-estar, e não como uma imposição.

Intencionalidade

A intencionalidade docente em promover o protagonismo do bebê é intrínseca à curadoria e disponibilização dos materiais que irão compor os arranjos do ambiente no que diz respeito aos espaços no berçário 1. As professoras significam os objetos como convites à exploração, a descoberta e a construção do conhecimento. Isso se manifesta na busca por materiais não estruturados, de diferentes texturas, formas e pesos, que estimulem os sentidos e o movimento (Brasil, 2012). A fala da Professora E5 ilustra essa visão:

O que eu faço, às vezes eu tento, por exemplo, deixar agora que ela tá começando a pegar mais as coisas, né, porque até pouco tempo não, ela nem segurava nada com a mãozinha ainda, mas agora às vezes eu tento deixar próximo de onde ela tá deitadinha, deixar uns tecidos menorzinhos pra ela já conseguir alcançar, pegar, mas eu tô aprendendo também, tô sentindo, acho”.

Uma das falas da Professora E3 complementa essa ideia, ao mencionar a critérios de escolha para a oferta aos bebês:

Eu tenho que me encantar com aquilo que eu vou oferecer para as crianças. Então, sempre ter isso, né: O que isso vai possibilitar para o meu bebê? O que

isso vai trazer para ele? O que ele gosta de realizar? De tudo aquilo que eu ofereci, o que despertou a atenção dele, a curiosidade dele?

A organização do ambiente é, portanto, pensada para que os materiais estejam acessíveis, convidativos e dispostos de forma a provocar a curiosidade e a autonomia do bebê. O chão, o tapete, os espelhos e os objetos cotidianos são ressignificados como elementos de um espaço que educa, onde o bebê tem a liberdade de escolher e interagir, construindo suas próprias hipóteses sobre o mundo. O papel da docente é o de uma observadora atenta, que media as interações e oferece suporte para que as descobertas aconteçam, garantindo que o espaço seja seguro e estimulante, sem ser superestimulante. A adequação dos espaços e materiais é um critério fundamental para um atendimento de qualidade, como ressaltam Campos e Rosemberg (2009).

Registros

Ela fez seis agora. Entrou com 4 (meses). Ela começou a introdução na escola com a gente esse mês. Uma graça. As caretas comendo a fruta, a sopa. E é gostoso participar desse processo, né? É... (Professora E7).

A fala acima é da professora E7, embora breve, transborda a essência da observação que enxerga o bebê como sujeito. As “caretas comendo a fruta, a sopa”, não são tratadas como meras reações fisiológicas, mas como a manifestação primordial da agência do bebê. Nesses gestos, a criança expressa suas preferências, surpresas e desgostos, estabelecendo uma comunicação potente e singular. O sentimento da educadora – “é gostoso participar desse processo” – revela um olhar que vai além da tarefa de alimentar, encontrando valor e alegria em testemunhar a constituição de um indivíduo. É essa escuta sensível, que reconhece e valoriza a expressão do bebê como uma forma de opinião, o primeiro e indispensável passo para a validação de sua agência.

É nesse ponto que o registro se torna uma ferramenta pedagógica fundamental. Ao documentar essas “caretas”, seja por meio da escrita, de uma foto ou de um vídeo a professora materializa essa validação. O registro transforma um momento efêmero e uma percepção subjetiva (“uma graça”) em uma narrativa concreta e compartilhável. Ele legitima a expressão do bebê, tratando-a como um

importante que informa a prática e revela a personalidade da criança. Dessa forma, o ato de registrar legitima a agência do bebê, tornando-a visível para outros educadores, para a família e, simbolicamente, para a própria criança. A documentação funciona, portanto, como a prova de que o bebê não é um receptor passivo de cuidados, mas um interlocutor ativo, cujas reações e expressões são dignas de nota e constroem ativamente sua jornada no mundo.

A concepção do bebê como sujeito potente encontra na documentação pedagógica um de seus principais instrumentos de validação e visibilidade. Para as professoras, os registros (fotos, vídeos, anotações e portfólios) não são meras formalidades burocráticas, mas atos de pesquisa e de reflexão (Focchi, 2015; Ostetto, 2011; Rinaldi, 2012). Eles permitem capturar a singularidade dos gestos, das expressões, das interações e das aprendizagens dos bebês, tornando concretas suas “cem linguagens” (Rinaldi, 2012). A Professora E5 destaca a importância desses registros:

É ali que a gente mostra o que eles fazem, o que eles aprendem. Não é só brincar. É desenvolvimento, é pesquisa. A família vê e entende a profundidade do nosso trabalho, sabe? É a prova de que o bebê é capaz (Professora E5).

Por fim, é mediante o registro que a complexidade do desenvolvimento e da aprendizagem dos bebês é evidenciada para as famílias, para a equipe pedagógica e para as próprias professoras, que utilizam essa documentação como base para o planejamento de novas propostas. Eles funcionam como uma ferramenta que legitima a intencionalidade pedagógica, demonstra o protagonismo infantil e desmistifica a ideia de que o berçário é um lugar de cuidado assistencial, fortalecendo a identidade profissional docente (Tardif, 2000). A Professora E6 reforça essa dimensão da validação do trabalho:

Muitas vezes, a gente se sente invisível. O registro é a nossa voz, a voz do bebê, que mostra que a gente faz um trabalho sério, que tem intencionalidade (Professora E6).

A fala da professora E6 apresenta outro contorno a função do registro, tornando-o ainda mais amplo como um instrumento de dupla validação. Ao se tornar a “voz do bebê” ele se converte simultaneamente “na nossa voz”, a voz do professor

que historicamente se sente invisível. Nessa perspectiva, o registro transcende sua função de acompanhamento do Desenvolvimento Infantil para se tornar um ato político e de afirmação profissional. Ele é instrumento contra a invisibilidade, a prova material que contrapõe a ideia de um trabalho meramente assistencialista. É por meio da documentação pedagógica que a intencionalidade se firma, o planejamento responsivo, a observação sensível e a complexidade do fazer docente no berçário se tornam visíveis e comunicáveis. O registro materializa a história do bebê e, ao mesmo tempo, a história de um trabalho sério, reflexivo e essencial, legitimando saber e a prática do professor.

Considerações Finais

A análise do núcleo de significação “O bebê como sujeito potente: intencionalidade e registros” revelou a profundidade com que as professoras de berçários significam seu trabalho e a centralidade da figura do bebê em suas práticas pedagógicas. A concepção de um bebê protagonista ativo, comunicativa e competente que define o papel do adulto e reconfigura a organização do ambiente por meio da seleção dos materiais, do arranjo do espaço, também traz novos contornos a finalidade da documentação pedagógica.

A intencionalidade docente, permeada pelo reconhecimento do bebê como sujeito de direitos, se reverbera na efetivação de relações responsivas e a oferta de um ambiente favorável as iniciativas dos bebês, consolidando os tempos institucionais vividos pelos bebês, como privilegiados a aprendizagem e desenvolvimento. Materializando por meio da prática cotidiana a indissociabilidade entre o cuidar e o educar e revelando que a qualidade das interações é inerente ao currículo do berçário 1.

Vale realçar que ao empenhar-se para dar voz e visibilidade ao protagonismo dos bebês, as professoras encontram sua própria voz e afirmam o seu lugar. O protagonismo do bebê e o protagonismo da professora, materializadas no registro, emergem juntos da invisibilidade. A documentação pedagógica se consagra, assim,

como memória viva da Criança e como Manifesto de uma pedagogia que respeita, escuta e valoriza todos os sujeitos envolvidos no processo educativo.

Este núcleo de significação nos proporciona compreender a urgência de se valorizar e investir na formação dos profissionais da primeiríssima infância, com especial atenção a especificidade no trabalho do berçário 1. A premissa para uma prática de qualidade alinhada BNCC (Brasil, 2017) e aos princípios de Equidade (Brasil, 2024; Campos, 2009), é a compreensão do bebê como sujeito protagonista, ativo e competente. Ao adotar essa visão de bebê, o caráter pedagógico e político do berçário é finalmente efetivado, garantindo o desenvolvimento integral desde o nascimento, cumprindo o que preconiza o marco legal da primeira infância (Lei número 13.257/2016) na defesa dos direitos dos bebês e das crianças.

Referências

AGUIAR, W. M. J.; OZZELLA, S. **Núcleos de Significação: uma proposta histórico-dialética para a pesquisa em psicologia**. In: **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 18, n. 4, p. 703-711, out./dez. 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Qualidade e Equidade na Educação Infantil: Princípios, Normatização e Políticas Públicas**. Brasília: MEC, 2024.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2014.

BRASIL. **Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016**. Dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância. Brasília, DF: Presidência da República, 2016.

CAMPOS, M. M.; ROSEMBERG, F. **Crítérios para um Atendimento em Creches que Respeite os Direitos Fundamentais das Crianças**. 2. ed. Brasília: MEC, SEB, 2009.

CARVALHO, R. S. de; FOCHI, P. S. (Org.). **Pedagogia do cotidiano na (e da) educação infantil**. Em Aberto, Brasília, v. 30, n. 100, set./dez. 2017.

FALEIROS, Fabiana et al. Uso de questionário online e divulgação virtual como estratégia de coleta de dados em estudos científicos. **Texto & Contexto - Enfermagem**, v. 25, n. 4, 2016.

FOCHI, P. S. **Afinal, o que os bebês fazem no berçário? Um estudo sobre a documentação pedagógica**. Porto Alegre: Penso, 2015.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Educação. **Currículo Paulista**. São Paulo: SEE, 2019.